

MEDIDA CAUTELAR NA RECLAMAÇÃO 16.172 CEARÁ

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECLTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECLDO.(A/S) : JUIZ FEDERAL DA 26ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO
JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : DÉBORA AGUIAR DA SILVA SANTOS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO: Trata-se de reclamação, com pedido de medida liminar, **ajuizada** contra decisão que, **emanada** do Juízo da 26ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Ceará, **está**, em síntese, **assim fundamentada:**

“Argui a parte ré a incompetência absoluta deste Juizado Especial Federal para apreciar o presente feito, aduzindo tratar-se de questão de interesse de toda a magistratura, e, por conseguinte, competência do Supremo Tribunal Federal, pugnando pela aplicação do art. 102, I, ‘n’, da CF/1988.

Não obstante, entendo não se tratar de hipótese de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal, pois a autora pleiteia interesse que lhe é próprio, qual seja, ajuda de custo para despesas de deslocamento e mudança em razão da posse no cargo de Juíza Federal Substituta.

A argumentação da ré beira o absurdo de transformar o Supremo Tribunal Federal em um ‘órgão’ de recursos administrativos ou mesmo num ‘Foro Privilegiado’ para os magistrados. Ora, assim toda vez que o magistrado não obtiver êxito na via administrativa, seja de um valor de diárias, ajuda de custo ou de qualquer outra verba ressarcitória, ao invés de ingressar no primeiro grau de jurisdição terá que entrar com o pedido no Supremo Tribunal Federal, pelo frágil argumento de que toda a magistratura direta ou indiretamente possuísse algum interesse, quando na verdade se trata de questão individual.

A laboriosa tese doutrinária defendida pela demandada afronta a Constituição Federal por transformar o Supremo Tribunal Federal em 'foro privilegiado' para os Magistrados, cuja previsão sequer se encontra expressa em nossa Carta Magna. A interpretação do art. 102, I, 'n' da Constituição Federal de 1988 não pode ser feita de forma desmedida a ponto de se chegar a tais extremos ampliando uma competência que não pertence ao Supremo e desvirtuando o seu propósito primordial que é manter incólume a espinha dorsal de nosso ordenamento pátrio.

Assim já se posicionou essa Suprema Corte ao apreciar a Ação Ordinária 587, 'verbis':

MAGISTRATURA. REVISÃO VENCIMENTOS. AUXÍLIO-MORADIA. ISONOMIA. OBSERVÂNCIA. QUESTÃO DE ORDEM. COMPETÊNCIA. ART. 102, I, 'N', DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NÃO INCIDÊNCIA. REMESSA DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. 1. Magistratura. Revisão de vencimentos para equiparação de benefícios. Auxílio-Moradia. Inclusão. 2. Questão de Ordem. Competência para processar e julgar originariamente 'a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados'. Art. 102, I, 'n', da Constituição Federal. 3. Regra explícita de conformação entre os princípios constitucionais do juízo natural e da imparcialidade. Indispensável garantia de imparcialidade do julgador da causa e, conseqüentemente, de lisura da decisão judicial a ser proferida. 5. Requisitos para competência originária do Supremo Tribunal Federal. O interesse direto ou indireto deverá ser efetivo e para a totalidade da magistratura. Situação específica não demonstrada na hipótese dos autos. 6. Questão de ordem provida para reconhecer a incompetência desta Corte e devolução dos autos ao Juízo de origem.

(AO 587, ELLEN GRACIE, STF)

Por tais razões, rejeito a preliminar." (grifei)

A parte ora reclamante **alega** que a autoridade judiciária em questão **teria** incidido em comportamento **usurpador** da competência desta Suprema Corte, “(...) *dado o interesse de todos os membros da magistratura (...)*”.

Passo a apreciar, preliminarmente, **a admissibilidade**, ou não, no caso ora em exame, da utilização do instrumento reclamatório.

A reclamação, qualquer que seja a natureza que se lhe atribua – ação (PONTES DE MIRANDA, “Comentários ao Código de Processo Civil”, tomo V/384, Forense), **recurso ou sucedâneo recursal** (MOACYR AMARAL SANTOS, RTJ 56/546-548; ALCIDES DE MENDONÇA LIMA, “O Poder Judiciário e a Nova Constituição”, p. 80, 1989, Aide), **remédio incomum** (OROSIMBO NONATO, “apud” Cordeiro de Mello, “O Processo no Supremo Tribunal Federal”, vol. 1/280), **incidente processual** (MONIZ DE ARAGÃO, “A Correição Parcial”, p. 110, 1969), **medida de direito processual constitucional** (JOSÉ FREDERICO MARQUES, “Manual de Direito Processual Civil”, vol. 3º, 2ª parte, p. 199, item n. 653, 9ª ed., 1987, Saraiva) **ou medida processual de caráter excepcional** (RTJ 112/518-522, Rel. Min. DJACI FALCÃO) –, **configura instrumento de extração constitucional, não obstante a origem pretoriana de sua criação (RTJ 112/504), destinado a viabilizar**, na concretização de sua **dupla** função de ordem político-jurídica, **a preservação da competência** do Supremo Tribunal Federal, *de um lado, e a garantia* da autoridade de suas decisões, *de outro* (CF, art. 102, I, “I”), **consoante tem enfatizado** a jurisprudência desta Corte Suprema (RTJ 134/1033, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

No caso presente, a discussão da matéria **situa-se, precisamente, no plano** da preservação da competência do Supremo Tribunal Federal.

Tenho para mim que o exame da postulação deduzida nesta sede processual **não permite** que se vislumbre, **na espécie dos autos**, a configuração de situação legitimadora da utilização da via reclamatória, **pois** o ato ora impugnado **não se subsume** à hipótese referida no art. 102, I, “I”, da Constituição (**usurpação** de competência do Supremo Tribunal Federal) e que, *caso ocorrente*, **justificaria** a instauração do juízo reclamatório (**RTJ 166/785**, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Impende registrar, *por necessário*, que a regra **inscrita** no art. 102, I, “n”, da Constituição, **para viabilizar** o reconhecimento da competência originária desta Suprema Corte, **impõe que se configure**, *em cada caso ocorrente*, **além da existência** de interesse, direto **ou** indireto, de “(...) **todos os membros da magistratura** (...)”, **também o caráter exclusivo do direito por eles vindicado**.

É que, *como se sabe*, a **jurisprudência** que esta Corte **firmou** em tema de aplicabilidade da regra de competência **consubstanciada** no art. 102, I, “n”, *primeira parte*, da Constituição Federal **supõe**, *para incidir*, a **existência de interesse exclusivo** da magistratura.

Desse modo, ao fixar o sentido e o alcance da regra constitucional inscrita no art. 102, I, “n”, da Carta Política, esta Suprema Corte **delimitou-lhe**, *em sucessivos pronunciamentos*, **o âmbito** de sua incidência e aplicabilidade, **ressaltando que falecerá competência originária** ao Supremo Tribunal Federal, **sempre** que o objeto da causa **não envolver** direitos, interesses **ou** vantagens que digam respeito, *unicamente*, à própria Magistratura (**RTJ 128/475**, Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI – **RTJ 138/3**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **RTJ 138/11**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **RTJ 144/349**, Rel. Min. MOREIRA ALVES – **RTJ 147/179**, Rel. p/ o acórdão Min. ILMAR GALVÃO – **RTJ 164/840**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AO 662-MC/PE**, Rel. Min. CELSO DE MELLO –

AO 955-AgR/ES, Rel. Min. ELLEN GRACIE – AO 1.635-TA/MS, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AO 1.651-TA/ES, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AO 1.688/SC, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – AO 1.775/DF, Rel. Min. DIAS TOFFOLI):

“SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA (CE ART. 102, I, ‘N’) – NORMA DE DIREITO ESTRITO – MAGISTRADOS QUE PRETENDEM A PERCEPÇÃO DO ADICIONAL DE 1/3 SOBRE OS DOIS PERÍODOS ANUAIS DE FÉRIAS A QUE FAZEM JUS – VANTAGEM QUE NÃO É EXCLUSIVA DA MAGISTRATURA – AÇÃO AJUIZÁVEL EM PRIMEIRA INSTÂNCIA – INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO STF – AGRAVO IMPROVIDO.

- A *jurisprudência* do Supremo Tribunal Federal – **tendo presente** a interpretação dada ao preceito constante do art. 102, I, ‘n’, da Constituição (RTJ 128/475 – RTJ 138/3 – RTJ 138/11) – **firmou-se** no sentido **de não reconhecer** a competência originária desta Corte, **sempre** que a controvérsia envolver vantagens, direitos ou interesses **comuns** à magistratura **e a outras** categorias funcionais.

- O direito reclamado – **analisado** na perspectiva do estatuto jurídico pertinente à Magistratura – **não tem** qualquer conotação de natureza corporativo-institucional (**pois é também titularizado** pelos representantes do Ministério Público **e** membros integrantes dos Tribunais de Contas) **e não se restringe**, por isso mesmo, **apenas** àqueles que estejam investidos no desempenho de cargos judiciários.

- **Enquanto houver um único** Juiz **capaz** de decidir a causa **em primeira** instância, **não será lícito deslocar**, para o Supremo Tribunal Federal, **com apoio** no art. 102, I, ‘n’, da Constituição, **a competência** para o processo e julgamento da ação promovida **pela quase** totalidade dos magistrados estaduais.

- **Eventual** recurso de apelação **a ser interposto** contra a decisão do magistrado **de primeiro grau** – **que é** o órgão judiciário competente para apreciar a causa –, **deslocar-se-á**, ‘per saltum’, para o Supremo Tribunal Federal, **desde** que se evidencie a ocorrência de impedimento/suspeição **de mais** da metade dos Desembargadores

componentes do Tribunal de Justiça do Estado. **Precedentes:** **AO nº 263-SC** (Questão de Ordem), Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – **AO nº 378-SC**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, v.g.”

(**RTJ 164/840**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Não obstante o precedente invocado na inicial desta reclamação (AO 1.569-QO/DF, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, sessão de 24/06/2010), **devo assinalar**, por relevante, **que o Plenário** do Supremo Tribunal Federal, **em momento posterior**, em 01/08/2011, veio a reafirmar a jurisprudência desta Corte **acima referida**, **desautorizadora** da pretensão reclamatória ora em exame, **como resulta claro** de julgamento consubstanciado em acórdão assim ementado:

“RECLAMAÇÃO – INADMISSIBILIDADE – FUNÇÃO CONSTITUCIONAL DO INSTRUMENTO RECLAMATÓRIO (RTJ 134/1033 – RTJ 166/785) – AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS QUE AUTORIZAM A SUA UTILIZAÇÃO – REQUISITOS LEGITIMADORES DA INCIDÊNCIA DO ART. 102, I, ‘n’, DA CONSTITUIÇÃO – INOCORRÊNCIA – INVIABILIDADE DA ARGÜIÇÃO, EM CARÁTER GENÉRICO, DO IMPEDIMENTO E/OU SUSPEIÇÃO DE TODOS OS DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA – PRESSUPOSTOS INERENTES AO IMPEDIMENTO E/OU À SUSPEIÇÃO DEVEM SER APRECIADOS, EM PRINCÍPIO, PELO TRIBUNAL COMPETENTE PARA O JULGAMENTO DA CAUSA – PRECEDENTES – LITÍGIO QUE, ADEMAIS, NÃO CONCERNE A INTERESSE ESPECÍFICO E EXCLUSIVO DA MAGISTRATURA – EXISTÊNCIA, NA ESPÉCIE, DE CONTROVÉRSIA QUE ENVOLVE VANTAGENS E DIREITOS COMUNS À PRÓPRIA MAGISTRATURA E AO MINISTÉRIO PÚBLICO – COMUNHÃO DE INTERESSES CUJA EXISTÊNCIA EXCLUI A APLICABILIDADE DA REGRA DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA ESPECIAL (CF, ART. 102, I, ‘n’) – PRECEDENTES – CONSEQÜENTE INEXISTÊNCIA DE SITUAÇÃO CARACTERIZADORA DE USURPAÇÃO DE

COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL –
DECISÃO **QUE NEGA SEGUIMENTO** AO PROCESSO DE
RECLAMAÇÃO – IMPUGNAÇÃO RECURSAL – **RECURSO DE**
AGRAVO IMPROVIDO”

(**Rcl 2.136-AgR/BA**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Isso significa que, **se** os interesses, direitos **ou** vantagens constituírem situações **comuns a outras categorias funcionais – como sucede**, p. ex., **tratando-se de ajuda de custo para transporte e mudança de agente público**, **com os membros do Ministério Público da União (Lei Complementar nº 75/93, art. 227, I, “a” e “b”), com os membros da Defensoria Pública da União (Lei Complementar nº 80/94, art. 39, § 2º, na redação dada pela Lei Complementar nº 98/99), com os membros da Advocacia-Geral da União (Lei Complementar nº 73/93, art. 26), com os servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90, art. 53), com os militares das Forças Armadas (Medida Provisória nº 2.215-10/2001, art. 2º) –, descaracterizar-se-á, em função desse estado de comunhão jurídica, a própria “ratio essendi” justificadora da especial competência originária do Supremo Tribunal Federal instituída pela Constituição da República.**

Cabe assinalar, finalmente, que o eventual reconhecimento da competência originária do Supremo Tribunal Federal, **com fundamento** no art. 102, I, “n”, da Constituição da República, para processar e julgar causas cujo objeto envolva **vantagens comuns tanto a magistrados como a agentes públicos em geral**, **culminaria por transformar esta Corte em verdadeiro “forum attractionis” de múltiplas demandas** que, *na realidade*, **poderiam (e deveriam) ser resolvidas pelas instâncias judiciárias de primeiro grau, inclusive, a depender do valor da causa, pelos próprios Juizados Especiais Cíveis, como no caso.**

Sendo assim, em face das razões expostas, e considerando, sobretudo, os diversos precedentes desta Corte sobre causas em cujo âmbito se discutiram **situações de vantagens comuns** à magistratura e a agentes públicos em geral, **nego seguimento** à presente reclamação,

RCL 16172 MC / CE

restando prejudicado, em consequência, o **exame** do pedido de medida cautelar.

Arquivem-se os presentes autos.

Publique-se.

Brasília, 15 de agosto de 2013.

Ministro CELSO DE MELLO

Relator